

REVISTA DE
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**RDE**

Ano XVI • Nº 29 • Semestral • Junho de 2014 • Salvador, BA

EXPEDIENTE

REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
A Revista de Desenvolvimento Econômico é uma publicação
semestral do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade
Salvador – UNIFACS.

Universidade Salvador – UNIFACS
Laureate International Universities

Presidente

Marcelo Henrik

Chanceler

Manoel Joaquim Fernandes de Barros Sobrinho

Reitora

Márcia Pereira Fernandes de Barros

Pró-reitora de Pesquisa e Extensão Comunitária

Carolina de Andrade Spinola

Coordenadora Geral da Pós-graduação Lato Sensu

Maria de Fátima Santana Maia

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento**Regional e Urbano – PPDURU**

Laumar Neves de Souza

Coordenadora do Centro Cultural e Editora – UNIFACS

Gismália Marcelino Mendonça

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alcides Caldas

Profª Dra. Bárbara-Christine Nentwig Silva

Profª Dra. Debora Cordeiro Braga

Prof. Dr. Benny Kramer Costa

Prof. Dr. José Manoel G. Gândara

Prof. Dr. Luiz Gonzaga G. Trigo

Prof. Dr. Fernando C. Pedrão

Prof. Dr. Noelio D. Spinola

Prof. Dr. Pedro Vasconcelos

Profª Dra. Regina Celeste de Almeida Souza

Profª Dra. Rosélia Piquet

Prof. Dr. Rossine Cruz

Prof. Dr. Sylvio Bandeira de Mello e Silva

Prof. Dr. Tomás Albuquerque Lapa

Profª Vera Lúcia Nascimento Brito

Prof. Victor Gradin

Editor Redator Chefe

Prof. Dr. Noelio D. Spinola

Secretaria da Redação

Prof. MSc. Josias Alves – Secretário

Eco. Priscila Soares – Assistente

Editoração Eletrônica

Nexdoc Consultoria em Tecnologia da Informação LTDA.

Capa e Editoração Gráfica

Antonio Raimundo Martins Cardoso

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva
dos autores. Os direitos, inclusive de tradução, são reservados.
É permitido citar parte dos artigos sem autorização prévia
desde que seja identificada a fonte. É vedada a reprodução
integral de artigos sem a formal autorização da redação.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua José Peroba nº 251, 7º andar, sala 702 - STIEP
Salvador – Bahia, CEP 41770235 - Tel: 3273 8528
E-MAIL: rde@unifacs.br – dantastle@uol.com.br



**Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional e Urbano - PPDURU**

EDITORIAL

A Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE completou, com este número, o seu décimo quinto ano de funcionamento, mesmo período de existência do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano que iniciou suas atividades em 1998 com o Mestrado em Análise Regional (hoje de Desenvolvimento Regional e Urbano) em função do qual foi criada, objetivando difundir a produção científica tanto do seu corpo docente e discente quanto de outros colaboradores externos que hoje constituem maioria, numa política de intercâmbio salutar ao meio acadêmico. Ao longo de todos estes anos a RDE vem buscando se aprimorar, contando com a cooperação do seu corpo editorial e o inestimável apoio da direção da Universidade Salvador, a quem, nas pessoas do seu Presidente Marcelo Henrik; Chanceler Manoel Joaquim Fernandes de Barros Sobrinho e Reitora Márcia Pereira Fernandes de Barros registra nesta oportunidade os seus agradecimentos. Não fosse o apoio da UNIFACS, certamente a RDE não existiria. Registra também o estímulo recebido das comissões das áreas de Planejamento Urbano, Regional e Demografia e Interdisciplinar da CAPES que a enquadraram no estrato B2 do Qualis daquela Instituição e o substancial apoio operacional da sua equipe de produção liderada pela Nexdoc nas pessoas de Rodrigo Meireles e Antonio Raimundo Martins Cardoso que substituíram com inegável êxito e dedicação ao nosso primitivo e inesquecível designer Joseh Caldas. A revista circula neste número veiculando 13 artigos, numa pauta aberta, conforme seu estilo, os quais tratam de temas que contemplam a história do pensamento econômico, a econometria, a tecnologia, o planejamento urbano, a economia regional, as políticas públicas com ênfase na educação e na saúde, reunindo autores oriundos de diferentes universidades brasileiras em um raio de ação que se estende por dez estados brasileiros situados entre o Sul e o Nordeste do País.

A edição principia com um texto do professor Fernando Cardoso Pedrão intitulado de Uma refutação ao marginalismo. Provocativo, o autor considera que “rebater o marginalismo tornou-se uma necessidade para todos que se interessam por política de desenvolvimento.” Temos a esperança de que haja resposta e desde já abrimos espaço na RDE para quem se dispuser a fazê-lo. No segundo texto, Custo de transação econômica e confiança relacional: uma revisão teórica, Victor Silva Corrêa ressalta três mecanismos capazes de governar as transações econômicas: preço, autoridade e confiança. Ele afirma que em contraposição às vertentes que compreendem o mercado e a hierarquia como formas organizacionais diametralmente opostas, ou como polos de um processo aparentemente evolutivo, o preço, a autoridade e, também, a confiança podem ser analisados como estruturas passíveis de serem combinadas e capazes de produzir uma variedade de distintas formas administrativas. O autor pretende projetar luzes para a importância da confiança e dos mecanismos informais de administração das trocas econômicas, e corroborar reflexões capazes de contribuir para a evolução da área associada às transações econômicas. O terceiro texto apresenta uma análise institucional no quadro regulatório do biodiesel no Brasil à luz da teoria dos custos de transação elaborada por Marcelo Santana Silva, Francisco Lima Cruz Teixeira e mais três coautores Trata-se do relatório de uma pesquisa que tem como embasamento teórico a Nova Economia Institucional e a Economia dos Custos de Transação (ECT) e objetiva compreender as respostas aos elementos ligados ao quadro regulatório do biodiesel no Brasil (concessão de subsídios tributários, selo combustível social e leilões), à luz das variáveis institucionais da ECT (atributos das transações e pressupostos comportamentais) A pesquisa apontou que o marco regulatório do biodiesel direcionou a sua estrutura e a comercialização, através de forte influência das pressões institucionais, por intermédio das leis, normas e regras, deliberadas pelo governo. Nas transações, foi possível identificar elementos do oportunismo, das incertezas, da frequência, das transações e da racionalidade limitada, que



são suavizados pelo tipo de negociações regidas dentro do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). No quarto texto, Dilani Silveira Bassan trata de alguns aspectos teóricos do desenvolvimento com o olhar na região do Vale do Paranhana. Trata-se de uma microrregião do estado do Rio Grande do Sul, localizada no Vale dos Sinos. Segundo as observações da autora “apenas um indicador de renda que mede o crescimento econômico e um indicador social que mede a qualidade de vida não são suficientes para identificar o nível de desenvolvimento da região. Na verdade, o indicador de crescimento (PIB per capita) serve apenas para complementar o indicador social (IDH) e mesmo assim persiste a dúvida quando se faz a afirmação que a região é desenvolvida. Observa-se, dessa forma, uma fragilidade dos indicadores, sendo que o PIB per capita mede apenas a renda e o IDH, se decomposto, poderá então fornecer algumas informações mais consistentes sobre a situação social.” O quinto texto é de Paulo Alexandre Nunes e José Luiz Parré, os quais estimam a matriz insumo-produto brasileiros apresentando uma metodologia alternativa. No sexto texto, avaliação do perfil do emprego urbano no estado do Ceará: 1990 – 2010 José Márcio dos Santos e Wellington Ribeiro Justo analisam o comportamento do emprego urbano no Estado do Ceará. Os resultados obtidos apontam o fortalecimento do setor industrial no estado, acompanhado de um crescimento expressivo das atividades comerciais e de serviços. Constatou-se ainda que a administração pública possui um grande poder explicativo para a determinação dos níveis de emprego urbanos locais. O sétimo texto, de Lucas Emanuel da Silva, José Ricardo de Santana e Tácito Augusto Farias, trata do impacto das rendas petrolíferas sobre os municípios: uma análise das finanças públicas e desenvolvimento em Sergipe. Com base no conjunto de resultados obtidos, os autores concluem que não há evidências de uma tendência do conjunto dos municípios em favor da promoção do desenvolvimento, a partir dos recursos petrolíferos. Notou-se também, no geral, uma forte dependência dessas receitas, o que mostra o baixo grau de dinamismo dessas economias. Além disso, verificou-se, um baixo grau de conversão das rendas petrolíferas em despesa com investimentos públicos. No oitavo texto, Alcides Goularti Filho e Avelino Euclides da Silva Chimbulo tratam da política econômica de Angola de 1975 a 2012: a trajetória da mudança de modelos. Segundo os autores a economia angolana é dividida em três períodos, cada um com suas peculiaridades: o primeiro vai de 1975 a 1988 caracterizado por um modelo de economia socialista com planejamento central, o segundo período representado pela economia de mercado e neoliberalismo que vai de 1989 a 2001, e um último período que demonstra uma maior intervenção estatal na economia partindo de 2002 até 2010. Concluem que a política econômica foi mais eficiente no último período quando o Governo adotou medidas heterodoxas para revitalizar a economia Angolana, após os desempenhos lento e recessivo no primeiro e segundo períodos respectivamente. No nono texto Carliton Vieira dos Santos fala de três décadas de mudanças na composição da produção agrícola paranaense. Realizada uma análise pelo método shift-share concluíram que a cana-de-açúcar, o fumo e a cevada foram as culturas que apresentaram as maiores taxas anuais de crescimento da produção ao longo do período 1980-2010. As duas primeiras devido, principalmente, à expansão da área cultivada, por meio da absorção de área de outras culturas, enquanto para a cevada, a principal causa de variação esteve nos ganhos de rendimento, seguida do melhor aproveitamento das vantagens locacionais na migração da cultura dentro do Estado. O décimo texto trata do boom das exportações de commodities e a desindustrialização brasileira. Os autores, Jonathan Dias Ferreira, Stefan Hubertus Dorner e Mirian Beatriz Schneider Braun, discutem a hipótese da existência do fenômeno “Doença Holandesa” no Brasil avaliando se o boom das exportações de commodities tem afetado o setor industrial e incentivado a tendência de desindustrialização. Concluindo que a indústria brasileira apresentou indício de desindustrialização, entretanto essa perda de competitividade não possui relação com o boom das exportações de commodities, mas sim em decorrência de fatores relacionados ao alto custo de se produzir no Brasil, a falta de investimentos em inovação e a queda de produtividade do setor industrial. O décimo primeiro texto trata da agricultura familiar e a cadeia produtiva de alimentos orgânicos. Elaborado por Denise Medianeira Mariotti Fernandes e Erica Karnopp. Numa linha de proselitismo as autoras sugerem o aprofundamento do tema como proposta para estudos futuros, no sentido de buscar o aprimoramento dos sistemas organizativos dos agricultores familiares produtores de alimentos orgânicos para que se possa obter uma cadeia produtiva melhor estruturada, sem tantos gargalos como atualmente se evidencia. No décimo segundo texto Vivian Brendle e coautores apresentam um trabalho inovador sobre o E-Commerce: evolução, processo de compra e o desafio da entrega. O estudo conclui que um dos principais obstáculos à adoção do e-commerce reside na segurança das operações e nos serviços de entrega. Melhorar os serviços de entrega é uma das chaves para fomentar o e-commerce. Fechando esta edição, Karlos Cruz, Francisco de Sousa Ramos analisam o impacto de variáveis socioeconômicas e de políticas coercitivas sobre a decisão do indivíduo em praticar atitudes criminosas. Neste trabalho, os autores procuraram analisar quais os fatores que influenciam o comportamento criminoso. Como objeto de estudo, foi escolhido o furto de energia elétrica. Foi utilizado um modelo econométrico do tipo crosssection, em que foram utilizados dados de bairros da cidade do Recife, para os anos de 2000 a 2003. Os resultados deste modelo indicam que o comportamento criminoso depende da renda do indivíduo, da probabilidade de o infrator ser detectado e da presença do Estado na oferta dos serviços de utilidade pública.

Ao encerrar esta apresentação a Editoria da RDE, convida-os a participarem com novos estudos, inéditos, na sua trigésima edição que circulará em dezembro de 2014.

Boa leitura.

Prof.Dr. Noelio Dantaslé Spinola
EDITOR